

EMERJ promove ciclo de debates em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos

[\(EMERJ, 14/09/2020\)](#)

Em comemoração Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, celebrado no dia 28 de setembro, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) realizará um ciclo de debates com a participação de operadores do Direito, médicos, cientistas e professores especialistas no tema. As palestras, que acontecem nos dias 16, 22 e 28 de setembro, irão abordar temas como violência, aborto previsto em lei e decisões do Ministério da Saúde.

Promovido pelo Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero e pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia (NUPEGRE), os eventos virtuais serão abertos pelo desembargador André Andrade, diretor-geral da Escola, e coordenados pela juíza Adriana Ramos de Mello, presidente do Fórum e do NUPEGRE.

“O Brasil deveria tratar o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive a garantia do acesso ao aborto legal conforme previsto no Código Penal, como serviços essenciais, que deveriam ser mantidos sem qualquer tipo de interrupção. E o que nós observamos no Brasil é que os serviços estão sendo reduzidos. Um levantamento feito pela ONG Artigo 19, em parceria com algumas plataformas de jornalismo, vem denunciando a redução dos hospitais que realizam os serviços de aborto legal e os serviços de saúde sexual. Durante a pandemia, apenas 42 hospitais estão realizando aborto legal”, destacou a juíza Adriana Ramos de Mello.

“Muitas mulheres, durante a pandemia, estão sofrendo violência sexual, doméstica, e não encontram orientações adequadas. Esse ciclo de debates vai informar às mulheres sobre seus direitos, no sentido de unir todos os esforços para que os serviços de saúde sexual sejam mantidos, a fim de evitar

danos importantes e até irreparáveis à saúde dessas mulheres”, pontuou a juíza.

Ela ainda ressaltou: “O Brasil participou da declaração de Pequim, que foi adotada pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995). Nessa declaração está estabelecido, de forma muito clara, que os direitos das mulheres são direitos humanos. As mulheres têm o direito de controlar todos os aspectos da sua saúde em particular sua própria fertilidade. Debates como esses da EMERJ são no sentido de garantir o pleno exercício de todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais às mulheres e meninas, o direito delas sobre o seu corpo, sobre a sua dignidade.

As inscrições para o ciclo de debates são gratuitas e podem ser realizadas [**neste link.**](#)

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

87ª Reunião



NUPEGRE

Núcleo de Pesquisa
em Gênero, Raça e Etnia



Ciclo de Debates sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos

Em Comemoração ao dia 28 de setembro que marca o
Dia de Luta pela Descriminalização e Legalização do
Aborto na América Latina e no Caribe

ABERTURA:

Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade
Diretor-Geral da EMERJ, Professor do PPGD/UNESA

Juíza de Direito Adriana Ramos de Mello
Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica,
Familiar e de Gênero e do NUPEGRE da EMERJ

Módulo I: 16/9/2020 • 10h às 12h

COORDENAÇÃO:

Defensora Pública Simone Estrellita
Membro do Fórum Permanente de Violência Doméstica,
Familiar e de Gênero da EMERJ

SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

PALESTRANTE:

Advogada Leila Linhares Barsted
Membro do Fórum Permanente de Violência Doméstica,
Familiar e de Gênero da EMERJ, Membro do Comitê de
Peritos MESECVI/OEA e Coordenadora Executiva do CEPIA

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS SÃO DIREITOS HUMANOS

PALESTRANTE:

Juiz de Direito José Henrique Rodrigues Torres
Formador de Formadores e Formador da ENFAM,
Membro do GEA, Rede Médica pelo Direito de Decidir,
Católicas pelo Direito de Decidir, Comissão da FEBRASGO,
INPPDH, PBPD e AID

INSCRIÇÕES GRATUITAS:

www.emerj.tjrj.jus.br

Link: Eventos Gratuitos

VIA
PLATAFORMA



Serão concedidas horas de estágio pela OAB/RJ
para estudantes de Direito participantes do evento.

A carga horária poderá ser atribuída automaticamente,
sem necessidade de requisição por e-mail, nos termos do
art. 1º, inciso IV, § único art. 6º § 1º e art.12, § 1º, inciso III,
da Resolução nº 02/2020 do Conselho da Magistratura.

16 e 22/9/2020 • 10h às 12h

28/9/2020 • 18h às 20h

Módulo II: 22/9/2020 • 10h às 12h

COORDENAÇÃO:

Juíza de Direito Katerine Jatahy Kitsos Nygaard
Vice-Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica,
Familiar e de Gênero da EMERJ e Membro da COEM

A ARQUITETURA DOS DIREITOS REPRODUTIVOS: CONSTRUÇÃO E DESMONTE

PALESTRANTE:

Socióloga e Cientista Política Jacqueline Pitanguy
Professora da Universidade PUC/RJ e da Universidade de Rutgers
nos Estados Unidos, co-coordenadora do curso Corpo Saber Médico
e Sociedade na Faculdade de Medicina da UFRJ,
Coordenadora executiva do CEPIA

REFLEXOS DAS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DECISÕES ACERCA DA VIOLENCIA

PALESTRANTE:

Professor Doutor Thomaz Rafael Gollop
Livre docente em genética médica pela USP, Professor Associado
de Ginecologia da Faculdade de Medicina de Jundiaí/SP,
Professor do Mestrado Profissional em Aconselhamento
Genético e Genômica Humana do Instituto de Biociências
da Universidade de São Paulo e coordenador do GEA

DIREITO REPRODUTIVO E A UNIDADE DE SAÚDE: QUANDO A LEI É DE DIREITO, MAS NÃO É DE FATO!

PALESTRANTE:

**Médica Ginecologista e Obstetra
Ana Teresa Derraik Barbosa**

Mestra em saúde da família, Diretora geral do Hospital da Mulher
Heloneida Studart, Diretora Médica do Nosso Instituto

Módulo III: 28/9/2020 • 18h às 20h

COORDENAÇÃO:

Juíza de Direito Adriana Ramos de Mello

ABORTO LEGAL E SEGURO NO BRASIL: DIGNIDADE, CIDADANIA E SAÚDE

PALESTRANTE:

Professora Doutora Debora Diniz
Pós-Doutora, Antropóloga, Professora Universitária,
Pesquisadora, Ensaísta e Documentarista